

ANEXO II

Formulário de Análise das Normas de Organização Interna da Organização da Sociedade Civil (art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014)

NORMAS DE ORGANIZAÇÃO INTERNA DA OSC ESTATUTO SOCIAL (<i>inserir link no SEI</i>)	CLÁUSULA ESTATUTÁRIA
<p>a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social; *serão dispensadas de atendê-lo as organizações religiosas e as sociedades cooperativas, devendo as últimas atender às exigências previstas na legislação específica, nos termos do art. 33, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014.</p>	<hr/> <hr/>
<p>b) que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta; **não exigido para a celebração de acordos de cooperação, nos termos do art. 33, § 1º, da Lei nº 13.019, de 2014.</p>	<hr/> <hr/>
<p>c) escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade; *serão dispensadas de atendê-lo as organizações religiosas e as sociedades cooperativas, devendo as últimas atender às exigências previstas na legislação específica, nos termos do art. 33, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014. **não exigido para a celebração de acordos de cooperação, nos termos do art. 33, § 1º, da Lei nº 13.019, de 2014.</p>	<hr/> <hr/>
OUTROS REQUISITOS A SEREM ATENDIDOS	DOCUMENTO (<i>inserir link no SEI</i>)
<p>d) no mínimo um ano de existência, com cadastro ativo, comprovado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, admitida a redução desse prazo por ato específico do Prefeito na hipótese de nenhuma organização atingi-lo, conforme art. 25, inc. XIV do Decreto Municipal nº 23.567, de 2025. **não exigido para a celebração de acordos de cooperação, nos termos do art. 33, § 1º, da Lei nº 13.019, de 2014.</p>	<hr/> <hr/>
<p>e) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante; **não exigido para a celebração de acordos de cooperação, nos termos do art. 33, § 1º, da Lei nº 13.019, de 2014. ****rol de documentos não exaustivo contido no art. 21 do Decreto nº 23.567, de 2025.</p>	<hr/> <hr/>
<p>f) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas; **não exigido para a celebração de acordos de cooperação, nos termos do art. 33, § 1º, da Lei nº 13.019, de 2014. ***não será necessária a demonstração de capacidade instalada prévia, nos termos do art. 33, § 5º, da Lei nº 13.019, de 2014. ****rol de documentos não exaustivo contido no art. 45 do Decreto nº 23.567, de 2025.</p>	<hr/> <hr/>
Servidor(a) Responsável pela Conferência:	